



“NA AGROECOLOGIA AS MULHERES VENDEM, PRODUZEM E DECIDEM”: ANÁLISES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA¹

SCHNEIDER, Clair Odete²; WEDIG, Josiane Carine³

² Bacharel em Psicologia pela UNOCHAPECÓ. Mestranda no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) na UTFPR, Câmpus Pato Branco- Paraná. E-mail: clair_schneider@unochapeco.edu.br.

³ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na UFRJ. Professora adjunta de Sociologia do Departamento de Humanas e do Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGDR) na UTFPR, Câmpus Pato Branco- Paraná. E-mail: josiwedig@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender a agroecologia, desde suas bases científicas, princípios, objetivos e a participação das mulheres na construção, manutenção e efetivação da ciência e prática agroecológica. A metodologia utilizada teve como base revisão bibliográfica sobre a temática, delimitado como um estudo de cunho qualitativo. Na análise é possível verificar a abrangência e complexidade existentes em torno da agroecologia e ainda o importante papel desempenhado pelas mulheres na sua manutenção e efetivação.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; Mulheres camponesas. Feminismo

INTRODUÇÃO

A agroecologia surge como um movimento de resistência contra um modelo hegemônico que se tornou vigente em nossa sociedade em meados do século XX. Nesta configuração, marcada pela Revolução Verde, destacam-se a exclusão e expulsão de inúmeras famílias do campo e a predominância de uma hierarquia patriarcal nas atividades rurais. Na agroecologia, “as mulheres vendem, produzem, e decidem”⁴¹, ou seja, participam de todas as atividades desempenhadas na propriedade rural, conferindo-lhes independência. Além da sua participação, elas passam a ter maior reconhecimento, visibilidade e valorização, em contraposição ao que ocorre no modelo convencional de agricultura, já que esse modelo é seletivo no reconhecimento das experiências e saberes camponeses, centrando-se no padrão patriarcal de organização. O feminismo e a agroecologia unem-se por apresentar demandas e lutas sociais comuns, para além de cada grupo específico, e evidenciam as diferentes formas de opressões existentes com relação às mulheres na sociedade, seja urbana ou rural. Unem-se também às diversas lutas sociais emergentes em nossa sociedade, como, por exemplo, a reforma agrária.

O objetivo deste artigo é apresentar de que forma o feminismo e a agroecologia estão unidos e estão relacionados a reflexões e ações por uma sociedade justa e sustentável. A agroecologia e o feminismo são assuntos emergentes e necessitam de discussões e compressões sobre seus reais objetivos. Sabendo que ambos os movimentos buscam o acesso a direitos, qualidade de vida e reconhecimento das mulheres, além de um modelo de agricultura que se torne mais viável e efetivo na conexão com o meio ambiente.

As mulheres camponesas têm se empenhado no cuidado com o meio ambiente, na busca por alimentos saudáveis, nas formas sustentáveis de produção e na preservação e conservação da

¹ Fala de uma agricultora de base ecológica em uma pesquisa empírica realizada pelo GERA – Grupo de Estudos em Gênero, Ruralidades e Agriculturas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, campus Pato Branco-Paraná.



biodiversidade.

METODOLOGIA

Para a construção desta pesquisa, realizou-se revisão bibliográfica sobre a temática da agroecologia, considerando suas bases científicas e suas formas de efetivação empírica. Buscou-se, também, referências sobre feminismo e mulheres camponesas. A pesquisa é de cunho qualitativo e através dela é possível descrever os componentes de uma diversidade de significados e compreensões ligados a agroecologia. Seu principal objetivo é traduzir e expressar os sentidos do mundo social, além da interpretação dos fenômenos sociais. A pesquisa qualitativa oferece instrumentos para compreender ações dos indivíduos, grupos e organizações no seu contexto particular e social (NETO; LIMA, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“AGROECOLOGIA É UMA MANEIRA COMPLETA DE VIVER”: UMA CIÊNCIA, UMA AGRICULTURA OU UM ESTILO DE VIDA?

A agroecologia é descrita por muitos autores como um movimento de resistência a um modelo de produção, derivado da sociedade capitalista e dos processos de modernização da agricultura. Além disso, a agroecologia caracteriza-se como uma transformação nas relações interpessoais e com o meio. No Brasil,

o debate agroecológico iniciou-se na década de 1980 influenciado por discussões pautadas por movimentos de oposição ao processo de modernização da agricultura que se intensificou na segunda metade do século XX. Essa modernização tem sido responsável pelo aumento das contaminações causadas pelos agrotóxicos, descontrole das pragas e doenças, degradação dos solos e dos recursos hídricos (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 38).

Além disso, o “debate ampliou-se para consequências sociais do modelo de desenvolvimento vigente, como a concentração de terra que leva à pobreza e exclusão no campo, à precarização das relações do trabalho e, por fim, ao êxodo rural.” (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 38). No Brasil, esse movimento de resistência junta-se e se fortalece com a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) e a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA²) em 2002.

Ao problematizar a agroecologia, há inúmeras percepções e mitos sobre o que de fato ela é, suas principais abordagens, seus princípios e objetivos. Conforme Caporal (2009), a agroecologia não pode ser descrita apenas como uma agricultura alternativa. No entanto, é comum que se descreva como um modelo de agricultura ou como uma simples adoção de práticas mais adequadas, o não uso de agrotóxicos ou como estratégias para a substituição dos insumos agrícolas exógenos. No entanto, a agroecologia é muito mais que o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, ela é um campo do conhecimento científico com enfoques holísticos e sistêmicos abordando questões relacionadas ao curso alterado da

² Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>. Acesso em: Jan. 2019.



coevolução social e ecológica e suas inter-relações, através de metodologias pluralistas³ (CAPORAL, 2009).

A agroecologia é derivada de duas ciências: a ecologia e a agronomia, as quais tiveram disparidades no século XX. A ecologia preocupava-se em delimitar seus estudos aos sistemas naturais e a agronomia centrava-se na utilização e aplicação de métodos de invenções científicas e da modernização da agricultura. Delimitando fronteiras entre a ciência pura e a natureza, por outro lado, a ciência aplicada e o esforço humano intensificaram a divisão destas (GLIESSMAN, 2005). E, como descrito, a agroecologia não pode ser definida apenas como um modelo de agricultura, mas como uma ciência em construção. Seu objetivo está ligado a uma reorientação das alterações nos processos do uso e manejo dos recursos naturais, promovendo a ampliação da inclusão social, reduzindo os danos ambientais e fortalecendo a segurança alimentar e nutricional (CAPORAL, 2009). Costa Gomes (2011), chama a atenção para os conhecimentos integrados sobre os processos naturais e sociais, destacando a perspectiva interdisciplinar e o diálogo de saberes necessários para explicar os processos e o comportamento dos sistemas socioambientais, considerando os conceitos de auto-eco-organização.

Há, portanto, inúmeras concepções sobre a agroecologia, considerando seus inúmeros contextos, abrangências, processos científicos e tecnológicos, articulando dimensões sociais e naturais. Assim, a agroecologia pode ser descrita como uma área que possui diferentes interpretações e funções, incluindo um conjunto de práticas e uma ruptura paradigmática, abordando a necessidade de diálogo, hibridação e integração dos saberes, das subjetividades e da organização interdisciplinar entre os conhecimentos. Seu corpo teórico metodológico atual possui os seguintes conceitos que estruturam sua matriz cognitiva: I) sistema, organização e equilíbrio; II) diálogo entre disciplinas e outros saberes; III) sistema de práticas agrícolas, território e desenvolvimento rural e; IV) sócio-agrobiodiversidade e sustentabilidade (COSTA GOMES, 2011).

A ciência agroecológica é reconhecida como uma alternativa inter-multi-transdisciplinar, pois possui aporte de diferentes campos do conhecimento. Pensar agroecologia é pensar complexo e não se enquadra no paradigma convencional, cartesiano, reducionista e de simplificação. Ela está pautada na transformação das relações humanas com a natureza, estabelecendo uma reciprocidade entre si (CAPORAL, 2009).

A partir da Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992 (Eco 92), foi proposta a concepção de “planeta fêmea”, e passou-se a refletir com mais intensidade sobre os impactos causados no meio ambiente, como a destruição e extinção da sua biodiversidade. Neste contexto, destacou-se a participação das mulheres como sujeitos importantes na preservação do meio e na produção sustentável (SILIPRANDI, 2011).

³ Para Laburú Arruda e Nardi (2003, p. 248) as metodologias pluralistas partem de um “[...] pressuposto de que todo processo de ensino-aprendizagem é altamente complexo, mutável no tempo, envolve múltiplos saberes e está longe de ser trivial”.



“SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA”⁷⁴: MULHERES CAMPONESAS E A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

A participação das mulheres na agroecologia representa uma importante forma de empoderamento para elas. A produção agroecológica, muito mais que a produção de alimentos saudáveis, possibilita às mulheres maior atuação e participação social. A frase “sem feminismo não há agroecologia” é reconhecida pela importante participação das mulheres no movimento agroecológico e pelas possibilidades dispostas à elas a partir da agroecologia. As mulheres são as principais atuantes na prática agroecológica, pois a partir da agroecologia ampliaram as possibilidades de construção da autonomia e ampliação de suas relações sociais. Na agroecologia, as mulheres participam do processo de planejamento, acesso à crédito, plantio, colheita e comercialização dos produtos, isso se refere, além da maior participação das mulheres, a um maior reconhecimento pelas atividades por elas desenvolvidas no meio rural (SILIMPRANDI, 2011; FERREIRA; MATTOS, 2017).

No IV ENA (2018)⁸⁵, o lema passou a ser “sem feminismo não há agroecologia”, afirmação feita pelas mulheres dos movimentos sociais do campo e que apontam a agroecologia como um caminho de construção coletiva e um modo/estilo de vida, pensando e efetivando uma prática agrícola que ofereça relações justas, igualitárias e equilibradas entre as pessoas e com o meio ambiente. Com isso, possibilita-se visões de mundo, ações cotidianas, atuações políticas e novas práticas de produção, consumo e novas relações sociais, pautadas em valores sociais como a ética, solidariedade, reciprocidade e responsabilidade. A perspectiva das mulheres camponesas é de que a agroecologia é mais que uma transformação no modo de produzir, do uso de agrotóxicos para métodos orgânicos, mas, sim, um enfrentamento das contradições entre classes, a transformação das relações sociais entre homens e mulheres, combate ao machismo, racismo e ressignificação das relações entre campo e cidade na transformação do mundo.

Ao abordar a participação das mulheres na agroecologia, é possível descrever práticas em que elas estiveram à frente na busca pela qualidade da alimentação familiar e modificação das relações sociais. Nos espaços em que se discute a agroecologia, as mulheres, atualmente, possuem uma importante participação, que lhes proporcionou espaços de reconhecimento enquanto agricultoras (SILIPRANDI, 2011; GEORGIN et al, 2015). Os principais objetivos da sistematização de experiências protagonizadas pelas mulheres na agroecologia são:

- 1) dar visibilidade às experiências promovidas por mulheres na Agroecologia;
- 2) elaborar e experimentar uma metodologia participativa de sistematização, aprimorando a capacidade das mulheres de refletir sobre suas próprias experiências;
- 3) refletir sobre o papel das mulheres na construção da Agroecologia e o papel da Agroecologia na vida das mulheres;
- e 4) gerar referências para a formulação de políticas públicas a partir dos aprendizados das

⁷⁴ Fala de uma agricultora de base ecológica em uma pesquisa empírica realizada pelo GERA – Grupo de Estudos em Gênero, Ruralidades e Agriculturas, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR, campus Pato Branco-Paraná.

⁸⁵ Disponível em: http://www.agroecologia.org.br/files/2018/09/Mulheres_folder-ena_web-1.pdf. Acesso em: Mar. 2019.



experiências sistematizadas (CARDOSO, RODRIGUES, 2009, p. 12).

Através da agroecologia, as mulheres constroem espaços para o reconhecimento das suas atividades, garantindo-lhes visibilidade. Além disso, a agroecologia possui em suas interfaces inúmeras propostas de transformação das relações e formas de organização social. A busca pela equidade, diversidade, valorização e visibilidade da contribuição das mulheres no desenvolvimento, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, reconhecendo a existência de situações de desigualdade.

O feminismo questiona as feminilidades e masculinidades heteronormativas que criam classificações hierárquicas sobre os corpos. Assim, o feminismo “está relacionado a uma teoria e a um movimento que se retroalimentam e, de várias formas, põe em relevo a opressão que o gênero masculino exerce sobre o gênero feminino” (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 38). Com isso, os movimentos feministas e da agroecologia propõem lutas e transformações sociais em diversos contextos e perspectivas na luta pelos direitos humanos, cidadania, democracia, participação política, combate à pobreza, entre outros. Nessas lutas, os movimentos sociais estão à frente destas reivindicações (FERREIRA; MATTOS, 2017). Deste modo,

A perspectiva agroecológica tem demonstrado potencial de abrir espaços para que as mulheres agricultoras enfrentem sua condição de vulnerabilidade e, neste sentido, conquistem mais poderes nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política. Entretanto, o trabalho com a agroecologia, por si só, não é suficiente para que a desvalorização e a invisibilidade das mulheres sejam suficientemente problematizadas. Neste sentido, o diálogo entre as perspectivas agroecológica e feminista é um importante caminho para o enfrentamento político sobre alguns dos dilemas vivenciados pelas mulheres no meio rural (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 39).

Para Siliprandi (2011), as mulheres devem ser reconhecidas como sujeitos políticos na luta ecológica, pois esta é uma luta associada ao feminismo que é visto como um novo paradigma. Pode-se descrevê-lo como um marco interpretativo que permite dar visibilidade aos relacionamentos opressivos e naturalizados dos homens em relação às mulheres. Ao compreender a relação entre o feminismo e agroecologia, evidenciam-se os diversos dilemas vivenciados pelas mulheres no meio rural, ligados à exclusão e invisibilização de sua participação e trabalho. A união destas perspectivas amplia a possibilidade de discussão e reflexões no enfrentamento de práticas que tornaram-se naturalizadas no cotidiano da sociedade (FERREIRA; MATTOS, 2017).

A agroecologia e o feminismo evidenciam saberes e práticas tradicionais, vistos, em muitos casos, como sinônimo de atraso ou retrocesso, considerando as tecnologias dispostas atualmente em nossa sociedade. Mas, “ao valorizar o conhecimento local, a perspectiva agroecológica revela a importância das mulheres na construção de sistemas agrofloretais, quintais, hortas, manejo da criação de animais, entre outros sistemas produtivos”. Assim, “introduzir o feminismo na construção do campo agroecológico contribui para a ampliação do enfoque que vão além das questões tecnológicas, produtivas e ambientais. As questões



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

sociais ganham evidência, incluindo a busca da justiça e da equidade nas relações de gênero.” (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 41). Sobre este aspecto, torna-se importante “o reconhecimento das lutas das mulheres e, sobretudo, do feminismo na agroecologia”, o que demanda um esforço dos homens no sentido de compreender e contribuir para a alteração da histórica de desigualdade enfrentada pelas mulheres. Mas, sobretudo, demanda um esforço das mulheres para desnaturalizar a concepção de que as suas ideias e seus trabalhos têm menos valor do que os dos homens. Isso implica em um despertar das próprias mulheres, uma vez que estão inseridas em uma sociedade machista e patriarcal. (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 42).

Havendo um consenso de que estas relações são desiguais e injustas na sociedade, elas devem ser repensadas e construídas socialmente junto à comunidade. O feminismo e a agroecologia atuam como perspectivas que possibilitam uma nova construção social, buscando superar as situações de opressão nas quais vivem inúmeras mulheres. Uma das primeiras interfaces entre ecologismo e feminismo foi a discussão sobre o aumento populacional e os direitos reprodutivos das mulheres.

Enquanto para parte dos ecologistas havia um consenso sobre a necessidade de diminuir as taxas de crescimento da população mundial para se adequar à “capacidade de carga” do planeta, para as ecofeministas a questão era outra: era necessário modificar as premissas do sistema de produção e consumo, ao mesmo tempo que se garantisse o direito de escolha das mulheres com relação à procriação. (SILIPRANDI, 2011, p. 47).

Pondera-se que o feminismo existiu em diferentes sentidos e contextos. No sentido mais amplo do termo, sabe-se que as mulheres, de forma individual ou coletiva, se queixam do seu injusto e amargo destino sob o patriarcado (o qual estrutura relações de subordinação das mulheres com relação aos homens), reivindicam uma situação diferente, uma vida melhor, caracterizando-se como uma luta pelo seu reconhecimento enquanto sujeito na sociedade (SILIPRANDI, 2011). As lutas feministas têm demonstrado como as construções sociais têm impedido as mulheres de realizar o exercício pleno da cidadania (através de seus princípios de igualdade, liberdade e fraternidade). Além disso, propõem repensar aspectos relacionados à hierarquização e à divisão social do trabalho, assim como as representações familiares na esfera social que reproduzem estereótipos que atribuem às mulheres características como “rainhas da domesticidade”, as quais devem saber realizar todas as atividades no contexto privado, como o cuidado com a casa, filhos e tarefas domésticas, enquanto ao homem é atribuído o papel de “chefe da família” (SILIPRANDI, 2011).

De fato, é importante considerar que as mulheres não possuem uma aptidão inata que lhes proporcionaria maior facilidade para desempenhar as atividades de cuidadoras do lar, dos filhos e das famílias, ou de limpar ou cozinhar melhor que os homens, mas essas são tarefas e atividades que foram estimuladas e ensinadas a elas desde criança. Desde muito cedo são repassadas a meninas as tarefas e ensinamentos do trabalho doméstico, atividades das quais os meninos são dispensados. Além das tarefas domésticas, é designado às mulheres o gosto e o desejo pela maternidade e, no decorrer do tempo, a



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

superioridade masculina se expande em decorrência da organização da sociedade (BEAUVOIR, 1967). Através da luta feminista, possibilitou-se a construção de uma identidade coletiva como uma forma de organizar a percepção e a reinterpretação do mundo, considerando as situações de injustiça com relação às mulheres, as quais, por muito tempo, foram reconhecidas como naturais.

O movimento feminista caracterizou-se em três grandes períodos: 1) Na primeira fase, ou na primeira onda feminista surgiu no final do século XIX e estendeu-se até meados do século XX, onde as mulheres lutavam por maiores garantias com relação a igualdade de direito entre os sexos; 2) Na segunda onda feminista, que surge na década de 1960 e estendeu-se até meados de 1980, as mulheres lutavam pelo fim da discriminação e pela busca de igualdade entre os sexos; 3) A terceira onda, que surge na década de 1990 e estende-se até os dias atuais, vem sendo marcada pela criticidade e o respeito dos ideais feministas, ponderando o respeito e a liberdade frente as diferenças existentes, considerando as diferenças raciais e sexuais. Os movimentos feministas têm estado presentes em inúmeras articulações, considerando a diversidade existente, desde as “institucionalistas” e “autonomistas”, da igualdade e da diferença, terceiro-mundistas e pós-modernas, indígenas, camponesas, lesbianas, migrantes, sindicalistas, entre tantas outras categorizações e movimentos organizados (BARBOSA; LAGE, 2015; SILIPRANDI, 2011).

O feminismo por muito tempo, centrou-se na ideia universalizante das mulheres e nos padrões estabelecidos, impossibilitando o reconhecimento das diferenças e das desigualdades predominantes na sociedade. No entanto, é possível observar, hoje, mudanças com relação à essas questões e a ampliação nas discussões relacionadas a mulheres, ponderando que há inúmeras subjetividades, possibilidades e escolhas a serem realizadas pelas mulheres, descartando a padronização (CARNEIRO, 2011).

Nos mais diversos espaços da sociedade é possível refletir sobre as diversas formas de invisibilização, opressão e violência relacionadas as mulheres. No contexto rural, evidenciam-se as diversas lutas das mulheres para a conquista de direitos de acesso considerados básicos e mínimos. De acordo com Siliprandi (2011, p. 171), as primeiras lutas das mulheres “foram pelo reconhecimento da sua profissão enquanto agricultoras e por direitos decorrentes desse reconhecimento”. Seguiram-se a esse, a mobilização para o acesso à terra, para que seus nomes estivessem no bloco do produtor rural e fossem reconhecidas em seus documentos como agricultoras ou produtoras rurais, para a possibilidade do exercício de seus direitos sociais, previdenciários e sindicais e obtenção de melhores atendimentos nos sistemas de saúde e de educação (SILIPRANDI, 2011).

Outro aspecto que chama a atenção em relação aos direitos das mulheres agricultoras são as políticas de desenvolvimento rural, que “ainda são decididas e implantadas sem a participação ativa das mulheres e sem levar em consideração os seus pontos de vista” (SILIPRANDI, 2011, p. 177). Essa exclusão e não reconhecimento das mulheres como agricultoras, reflete-se na falta de acesso aos benefícios e aos seus direitos, além da invisibilização enquanto trabalhadoras rurais (SILIPRANDI, 2011). Ao descrever, especificamente, a realidade vivenciada pelas mulheres do meio rural, trata-se de avaliar de forma ampla as desigualdades para além da divisão sexual do trabalho. As lutas das mulheres camponesas, se caracterizam pela luta ao acesso à terra, pelas linhas de crédito em instituições bancárias, pela visibilidade e



reconhecimento do trabalho realizado por elas enquanto agricultoras e não apenas como “ajudantes” e/ou dependentes dos seus maridos (DEERE; LEÓN, 2002; PAULILO, 2016).

Para Siliprandi (2011),

[...] as questões tratadas hoje em dia pelo feminismo, para além das reivindicações de igualdade nos espaços públicos e das questões relativas à esfera privada – família, sexualidade, estão, justamente, na imbricação desses diversos processos de opressão, na redefinição da existência de uma articulação entre as esferas do público e do privado, levando em consideração as diferentes formas como os mecanismos de dominação operam em cada situação. (p. 44).

O ecologismo e o feminismo uniram-se inicialmente para elaborar estratégias para diminuir as taxas de crescimento da população mundial, posteriormente defenderam o direito reprodutivo das mulheres através do direito de escolha com relação à procriação, promovendo o direito de exercer livremente sua sexualidade e sem a obrigatoriedade de ter filhos (SILIPRANDI, 2011). Por muito tempo, as mulheres foram reconhecidas como natureza e consideradas inferiores aos homens, classificação marcada pelo dualismo entre natureza e cultura, relacionadas à hierarquia entre mulheres e homens (SILIPRANDI, 2011). Nesta classificação, “as mulheres passam a ser identificadas como estando *mais próximas* da natureza do que da cultura, por conta da sua fisiologia (seu corpo), de seu papel social ligado à maternidade e por sua estrutura psicológica, dados o seu corpo e o seu papel social.” (SILIPRANDI, 2011, p. 49). Com a aproximação do feminismo e da agroecologia,

[...] passou-se a compreender a importância histórica das mulheres na agroecologia, e o quanto elas ainda têm a contribuir na construção desse conhecimento. É fundamental que esse conhecimento venha à tona como construção específica das mulheres. Esta valorização é fundamental para garantir que isso não lhes seja expropriado pelos homens em sistemas economicamente patriarcais. (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 42)

A história das mulheres com a Agroecologia é caracterizada pela preocupação com os problemas ambientais, marcada pelo “ecofeminismo”, o qual vem se fortalecendo a partir dos anos 1990. Com isso, destacou-se o reconhecimento e a necessidade de reinterpretação e reorganização das relações da humanidade com o meio natural, reivindicando que as ações humanas não ocorram a partir de uma perspectiva sexista, mas, sim, de respeito e valorização a todos os seres existentes no meio. Em 1990, ocorreu uma aproximação mais intensa entre movimento das mulheres e as lutas ecológicas, na Eco 92, evidenciou-se a visibilidade das mulheres como sujeitos políticos com propostas concretas para influenciar nas mudanças políticas globais (SILIPRANDI, 2011). Neste contexto,

As mulheres sempre assumiram um papel de destaque na promoção da Agroecologia, seja nas áreas de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos ecológicos, seja na geração e



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

disseminação de conhecimentos. Com seu olhar problematizador, fazem uma leitura diferenciada da agricultura e propõem alternativas produtivas e econômicas frequentemente motivadas por questões ligadas à reprodução da vida (AGUIAR, SILIPRANDI, PACHECO, 2009, p. 46).

Na prática agroecológica, observa-se a presença ativa da mulher, diferentemente da agricultura convencional, na qual predomina métodos e abordagens de trabalho em que o homem é o chefe de família e toma grande parte das decisões em nome do grupo familiar. Na agroecologia, observam-se alterações na organização familiar e modos de trabalho, diferente dos presentes na agricultura convencional. Nesta última, o trabalho desempenhado pelas mulheres é classificado como “leve” e o dos homens como trabalho “pesado”, porém, esta classificação não está marcada pela penosidade do trabalho em si, mas pelo sexo de quem realiza as atividades (PAULILO, 2016).

A prática agroecológica busca atuar sobre os agrossistemas: nível de implementação de uma agricultura com maior sustentabilidade, incorporando, cuidados especiais com o ambiente e considerando os problemas sociais, não tendo foco somente na produção, mas também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção (SILIPRANDI, 2011).

Considera-se que,

[...] a adoção do sistema agroecológico de produção resultou em mudança na forma como as próprias mulheres concebiam sua vida e a partir daí, redefiniram sua posição e sua importância na sociedade, a partir da emancipação e da visibilidade que seu trabalho proporciona, por abrir espaços para que elas atuem como sujeitos. Todas estas conquistas elevaram sua autoestima, diminuíram o preconceito e proporcionaram uma nova forma de organizar as propriedades e de gerir suas vidas (GEORGIN et al., 2015, p. 8).

Em torno deste debate, é possível afirmar que “a produção agroecológica para as mulheres camponesas vai além de apenas a produção de alimentos sem agrotóxicos, adubos químicos ou da utilização de sementes geneticamente modificadas” (BONI, 2017, p. 22). Para elas, a relação vai além de uma interação mais próxima com o meio ambiente, respeitando não apenas a natureza, mas também suas próprias famílias e os consumidores para os quais comercializam os produtos. Ao produzirem alimentos de qualidade, diversificados e de forma ecológica, ampliam sua qualidade de vida e reforçam, cada vez mais, a proliferação desta prática. (BONI, 2017). Com a agroecologia, torna-se “inegável a sua ascensão como protagonistas de uma nova forma de fazer, organizar e viver a agricultura familiar”, pois elas promovem “rearranjos familiares, autonomia econômica, e social” (GEORGIN et al., 2015, p.8).

Para Boni (2015, p. 22), “a produção diversificada para o autossustento, o cuidado com a horta, o pomar, as plantas medicinais, o jardim, tudo isso faz parte da identidade da mulher camponesa e é através da participação política em sindicatos, associações que as mulheres passaram a adquirir mais direitos, acesso a políticas públicas e visibilidade social. Para reverter a situação de invisibilidade das mulheres, é necessário



“oferecer-lhes apoio organizativo e possibilitar” que tenham “acesso a recursos produtivos (terra, crédito, formação técnica)” para que possam “desenvolver suas capacidades” (SILIPRANDI, 2011, p. 103).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto, sabe-se que a modernização do campo buscou ampliar a produção agrícola e está associada a masculinização do meio rural, marcada pelos homens enquanto chefes de família. A agroecologia é um movimento de resistência a esse modelo de modernização que provocou a exclusão de uma parte significativa da agricultura camponesa através do êxodo rural de muitas pessoas do campo.

Ao considerar as atividades desempenhadas no meio rural, é possível observar que elas são diferenciadas pelo gênero de quem as realiza, e as enquadra em classificações hierárquicas, o que é contestado pelo feminismo e pela agroecologia. Para a agroecologia, mais que a busca por uma agricultura que seja sustentável e que se repense o uso dos recursos disponíveis no meio, se coloca como fundamental os objetivos defendidos por inúmeros movimentos sociais e grupos marginalizados, apontando para o caráter intensamente socioambiental desta perspectiva.

Os objetivos da agroecologia e do feminismo associam-se a lutas sociais, para a melhoria na qualidade de vida em muitos aspectos, como o ambiente, alimentação, modos de relacionar-se com o meio e entre os sujeitos. A agroecologia e o feminismo, proporcionam às mulheres importantes reflexões sobre a participação delas no meio rural e os importantes papéis desempenhados por elas na construção de uma agricultura que seja sustentável, além da preservação de práticas alimentares de qualidade.

Além disso, evidencia-se a importância da visibilidade e do reconhecimento das mulheres. Na produção agroecológica. As mulheres, além da participação na produção e do trabalho no contexto privado de casa, estão presentes na comercialização, capacitações e contextos públicos, possibilitando, a elas, inúmeras experiências e compreensões sobre diversos contextos e atividades.

Através da união da agroecologia e do feminismo, alinham-se a busca pela promoção da diversidade e equidade entre homens e mulheres, possibilitando espaço para que as mulheres possam estudar e falar sobre suas práticas agroecológicas, como forma de valorização, garantindo a visibilidade das importantes contribuições das mulheres na prática agroecológica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Virgínia; SILIPRANDI, Emma; PACHECO, Maria Emília. Mulheres no Congresso Brasileiro de Agroecologia. In: Mulheres construindo a Agroecologia. **Rev. Agriculturas: experiências em agroecologia**. Leisa Brasil DEZ 2009 • vol. 6 n. 4. Disponível em: < http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v6n4.pdf>. Acesso em: Jan. 2019.

BARBOSA, Geovane dos Santos; LAGE, Allene Carvalho. Reflexões sobre o movimento feminista na América Latina. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras-PB, v. 5, n. 11, p. 92-103, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: A experiência vivida. 2 ed. São Paulo: 1967.

BONI, Valdete. Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica. In: **Mulheres camponesas e agroecologia**. CRV: Curitiba, Brasil. 2017.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

sustentáveis. Brasília: 2009. 30 p. Disponível em: http://www.cpatia.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2442.pdf. Acesso em: Jan. 2019.

CARDOSO, Elisabeth Maria; RODRIGUES, Vanessa Schottz. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. In: Mulheres construindo a Agroecologia. **Rev. Agriculturas: experiências em agroecologia**. Leisa Brasil DEZ 2009, vol. 6 n. 4. Disponível em: < http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v6n4.pdf>. Acesso em: Jan. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COSTA GOMES, João Carlos. As bases epistemológicas da Agroecologia. In: **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná-Educação à Distância, 2011.

DEERE, Carmem; LEON, Madalena. **O empoderamento da mulher**. UFRGS: 2002.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. **Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia**. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38-43, 2017.

GEORGIN, Jordana; WIZNIEWSKY, José Geraldo; OLIVEIRA, Gislayne Alves; ROSA, Ana Lúcia Denardin da. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. **Revista Monografias Ambientais/Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas/UFSM**. Santa Maria, v. 14, n. 3, 2015.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2005. 653 p.

LABURÚ, Carlos Eduardo; ARRUDA, Sérgio de Mello; NARDI, Roberto. Pluralismo metodológico no ensino de ciências. *Rev. Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 247-260, 2003.

NETO, José Antônio Chehuen; LIMA, William Guidini. Pesquisa qualitativa *in: Metodologia da pesquisa: da graduação à pós graduação*. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2012. 303 p.

PAULILO, Maria Igenes S. **Mulheres rurais: Quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**. *Pensamiento Iberoamericano*, n. 9 p. 169-183, 2011.